

The logo for 'acep' is displayed in a white, lowercase, sans-serif font within a dark red rectangular box. The background of the entire image is a vibrant red fabric with a white, intricate geometric pattern of interconnected lines and shapes, resembling a stylized circuit or abstract art. The fabric is folded, creating a sense of depth and texture.

acep

**RELATÓRIO DE ACTIVIDADES  
E CONTAS 2022**

# ÍNDICE

<b>DO RELATÓRIO DE 2021</b> .....	<b>3</b>		
<b>REFLEXÃO SOBRE OS FUTUROS DA COOPERAÇÃO</b> .	<b>4</b>		
<b>PESQUISA, MONITORIA, SENSIBILIZAÇÃO E ADVOCACY</b> .....	<b>6</b>		
Portugal / Os Futuro(s) da Cooperação: do Compromisso Social às Responsabilidades Partilhadas .....	7		
Congresso Jornalismo, Cidadania e Democracias Sustentáveis em Países de Língua Portuguesa .....	8		
Eurodad – Rede Europeia da Dívida e do Desenvolvimento .....	9		
<b>DIREITOS HUMANOS</b> .....	<b>10</b>		
Guiné-Bissau / Casa dos Direitos .....	11		
		Guiné-Bissau / Direitos das Mulheres e Jornalistas em contextos de instabilidade na Guiné-Bissau.....	12
		Guiné-Bissau / Direitos Humanos em Risco na Guiné-Bissau: Pesquisa, Advocacia, Sensibilização e Comunicação .....	13
		Países de Língua Portuguesa / Vozes de Nós ..	15
		<b>SOCIEDADE CIVIL E GOVERNAÇÃO</b> .....	<b>16</b>
		S. Tomé e Príncipe / Mais Participação, Mais Cidadania .....	17
		S. Tomé e Príncipe / Sociedade Civil pela Transparência e Integridade .....	18
		<b>CULTURA, CRIATIVIDADE</b> .....	<b>19</b>
		<b>E ECONOMIA</b> .....	<b>19</b>
		Países de Língua Portuguesa / Futuros Criativos .....	20
		<b>INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO</b> .....	<b>21</b>
		<b>LIVROS E REVISTAS</b> .....	<b>22</b>
		<b>PLATAFORMAS DIGITAIS</b> .....	<b>26</b>
		<b>OS RECURSOS DA ACEP</b> .....	<b>28</b>
		<b>BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS</b>	<b>31</b>

## DO RELATÓRIO DE 2021: Que lições tiramos desta pandemia para o futuro da cooperação para o desenvolvimento?

O ano de 2021 foi todo ele influenciado pelos diversos impactos da pandemia COVID 19, nas vidas das pessoas, das comunidades, dos países e à escala global.

Intervindo há cerca de 25 anos na Cooperação para o Desenvolvimento, a ACEP não pode deixar de reflectir sobre como esses impactos se manifestaram na Cooperação, do nível local ao global.

Propomos três lições a tirar, que não se fecham com um eventual fim da (desta) pandemia, por um lado, e, por outro, que vêm confirmar alertas e visões críticas sobre “esta” cooperação para o desenvolvimento e as relações internacionais em que se insere:

1.<sup>a</sup>: confirma-se que o grande desafio, da escala local à global, é o que é colocado pela permanência e/ou agravamento das desigualdades. Quem tem acesso às vacinas, quando e como, ou a apoios sociais adequados foram ilustrações desse desafio, que nem as proclamações repetidas do compromisso com a solidariedade conseguiram disfarçar. Continuar a colocar o foco na luta contra a pobreza fora de uma estratégia de luta contra as desigualdades dá respostas pontuais e localizadas, mas ilude a real dimensão dos problemas (políticos, económicos, sociais, ambientais).

2.<sup>a</sup>: confirma-se que sem estados estruturados, com políticas públicas consistentes e recursos de vários tipos para as pôr em prática, sem a Ajuda Pública ao Desenvolvimento não há respostas que garantam os direitos de todo(a)s. O compromisso com a realização dos direitos humanos não pode traduzir-se na subdelegação de responsabilidades dos estados, na utilização das organizações sociais locais como recursos de baixo custo, na transferência massiva de recursos para lógicas de fins lucrativos ou de criação de instâncias paralelas e de substituição. E são os recursos da APD os que garantem as respostas em situações como a que vivemos.

3.<sup>a</sup>: confirma-se a necessidade de a Cooperação Portuguesa reconhecer a urgência de se envolver no debate (e que se reflita depois na estratégia), sobre a localização da cooperação a dois níveis: o nível da eficácia da Ajuda (quem conhece e permanece são as instâncias locais) e o nível das relações de poder (quem tem o direito de definir estratégias, políticas e programas, as prioridades na gestão dos recursos e as parcerias para as efectivar são as instâncias sociais e políticas locais).

# REFLEXÃO SOBRE OS FUTUROS DA COOPERAÇÃO

Num momento de definição de uma nova estratégia da Cooperação Portuguesa e de alterações profundas a nível mundial, a ACEP decidiu assinalar os seus 25 anos de experiência no sector da cooperação para o desenvolvimento com uma reflexão, que se traduziu no documento de posicionamento *Futuro(s) da Cooperação: Continuidades e Rupturas*. Um documento, que pretende ser um contributo para uma avaliação do percurso da política da Cooperação Portuguesa, e para a definição do rumo para os futuros possíveis.

O ano de 2022 ficou marcado pela necessidade de retoma, após a turbulência

provocada pela COVID-19, e pelo início da guerra na Ucrânia que veio abalar as estruturas e equilíbrios mundiais das últimas décadas, em especial na Europa.

Perante este contexto, re(iniciou-se) a discussão sobre o futuro da Cooperação Portuguesa. Para a ACEP, configura-se hoje premente regressar ao ponto de partida e ao objectivo primário da Cooperação para reafirmar o seu papel enquanto política nobre, no quadro das relações internacionais, assente em princípios e valores que devem nortear a relação dos Estados e dos povos na esfera global. A ocultação do princípio da solidariedade com um discurso *win-win* e uma lógica de instrumentalização da Cooperação na promoção dos interesses nacionais, sem balizas claras, é perigoso e desvirtua por completo os princípios fundadores desta política.

O momento deveria servir para iniciar uma discussão séria e descomplexada sobre relações de poder e sobre a “deslocalização da ajuda” (que já havíamos referido na reflexão que fizemos no relatório em 2021), colocada a nu pela crise pandémica. Porém, o debate sobre a localização (e a “descolonização da ajuda”, que não estão desligadas) tem estado ausente na Cooperação Portuguesa, uma oportunidade perdida com efeitos nos próximos anos.

Apesar disso, a reflexão em torno da nova estratégia da Cooperação Portuguesa, aprovada já no início de 2023, permitiu encontrar pontos em comum e integrar algumas visões, sobretudo da sociedade civil (em que a ACEP foi a única organização com documento próprio de posicionamento) como a necessidade de reafirmar o papel da Cooperação no cômputo das políticas públicas

e a importância da comunicação com a sociedade para enfrentar os (múltiplos) desafios futuros.

Da arquitectura institucional à estagnação dos níveis de Ajuda Pública ao Desenvolvimento, denota-se um progressivo desinvestimento na Cooperação Portuguesa na última década, enquanto política pública, um progressivo reforço do multilateralismo e uma redução da instituição pública a executora da Cooperação Europeia, naturalmente com repercussões.

Neste contexto, a nova estratégia é a oportunidade para reequilibrar o sector, não só em termos de recursos humanos, mas também financeiros, nomeadamente na distribuição entre cooperação multilateral e bilateral. Embora se reconheça a importância do multilateralismo na política externa portuguesa, o trabalho bilateral que tem vindo a ser desenvolvido com os países parceiros, nomeadamente no contexto dos

PALOP e de Timor-Leste, não deve ser comprometido, deve antes ser reforçado.

É igualmente importante apostar em mecanismos de transparência, à medida que há um maior envolvimento de actores sem escrutínio público e /ou com fins lucrativos na execução da política de Cooperação Portuguesa. Também a aposta na avaliação, também ela transparente e consequente, numa lógica de aprendizagem e de construção de conhecimento será útil para o futuro.

A agenda da qualidade da Cooperação para o Desenvolvimento (ou da Eficácia, como ficou conhecida) deveria ganhar um novo ímpeto num futuro próximo, marcado pela incerteza e pelo avolumar da complexidade das relações de cooperação. É esta a oportunidade de incluir as lições da Cooperação em tempos de COVID-19, à luz dos princípios da qualidade, que identificámos no relatório de 2021. No documento de posição produzido pela ACEP,

incluímos também uma reflexão dedicada ao ambiente favorável à actuação da sociedade civil, numa altura em que esse espaço está em progressivo afunilamento, à escala global.

A COVID-19 foi uma prova de fogo para a sociedade civil em todo o mundo, muitas vezes servindo de pretexto a regimes autoritários para restringir ainda mais o seu espaço de actuação. Neste contexto, parece-nos de extrema relevância reafirmar o papel da sociedade civil, enquanto garante da vitalidade da democracia. Às tentativas de remeter a sociedade civil para um *não lugar* nas discussões, as ONGs e OSC devem, em simultâneo, ser fiéis à sua vocação de proximidade às comunidades e posicionar-se, exigindo espaço de voz e de decisão nas decisões. É com este intuito que a ACEP continuará a priorizar os processos de advocacia, de influência política e de diálogo, entre diferentes actores, sobre o rumo da Cooperação Portuguesa.



# PESQUISA, MONITORIA, SENSIBILIZAÇÃO E ADVOCACY

## Portugal / Os Futuro(s) da Cooperação: do Compromisso Social às Responsabilidades Partilhadas

*parceria ACEP* Associação para a Cooperação Entre os Povos, *CEsA* Centro de Estudos sobre África, Ásia e América Latina

*financiamento*

Camões - Instituto da Cooperação e da Língua

Este projecto permitiu dar continuidade ao trabalho de sistematização, produção de conhecimento e de influência política sobre o rumo da política da Cooperação Internacional Portuguesa, numa altura em que estava em discussão a nova estratégia da Cooperação Portuguesa. Ao longo de 2021 e 2022, a ACEP levou a cabo um processo de elaboração de um documento de posição que culminou com a divulgação dos *Futuro(s) da Cooperação: continuidades e rupturas*. Foi com base neste documento que a ACEP participou nas discussões sobre o futuro da nova política, em encontros com o Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e Cooperação e com

os/as deputados/as da Comissão Especializada de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas. O documento foi sistematizado em breves brochuras que serviram de base aos debates promovidos com estudantes de Relações Internacionais em diversas universidades (nas imagens). Continuámos também a produzir a revista *Mundo Crítico*, que se tem afirmado como uma publicação de referência na comunicação e reflexão de temáticas relacionadas com o desenvolvimento internacional. Em 2022, foram produzidas duas edições (ver *Edições*) em sessões públicas de *conversas imperfeitas* - uma dedicada ao ambiente e desenvolvimento com Charlotte Karibuhoye Said e João José Fernandes, e outra sobre cultura e desenvolvimento com Abdulai Sila e Marta Lança. O projecto permitiu também a concepção de mais duas Bolsas de Criação Jornalística que, entre 9 propostas apresentadas, seleccionou os trabalhos da jornalista Paula Borges e Orfeu Sá Lisboa, sobre a resiliência pós-ciclone Idai em Moçambique e a da jornalista Vanessa Rodrigues e jornalista bijagó José António



Abúdu, director da rádio comunitária Kossena, sobre as guardiãs de sementes nas Bijagós, na Guiné-Bissau. O projecto culminou com uma conferência na Gulbenkian em torno de que “Mundo nos Conta os Media?”, que foi ocasião também para a apresentação do catálogo *Aquele Outro Mundo que é o Mundo*, com as reportagens dos primeiros 5 anos das Bolsas.

**+ Que futuro(s) possíveis para a Cooperação Portuguesa?** [\[link\]](#)  
na edição de Março de 2023, do *Le Monde Diplomatique*, ed. Março 23

Com base no documento de posição elaborado pela ACEP, e no processo de discussão pública da proposta de nova estratégia da Cooperação Portuguesa, as autoras publicaram um artigo no *Le Monde Diplomatique* - ed. portuguesa, no qual sublinham a urgência de reafirmar os princípios e valores que devem nortear a cooperação portuguesa.

## Congresso Jornalismo, Cidadanias e Democracias Sustentáveis em Países de Língua Portuguesa

*parceria ACEP Associação para a Cooperação Entre os Povos, CEIS20 Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Unicver sobre África, Ásia e América Latina*

*financiamento*

Camões - Instituto da Cooperação e da Língua

Após dois anos de incerteza e de avanços e recuos relativamente à realização deste congresso, decidiu-se concretizar o encontro em Março de 2022, após uma avaliação dos riscos e desafios que a pandemia ainda representava. Ao longo de três dias, a Universidade de Coimbra acolheu o *Congresso Jornalismo, Cidadanias e Democracias Sustentáveis em Países de Língua Portuguesa*, que reuniu jornalistas, activistas e investigadores/as de países africanos de língua portuguesa para reflectir sobre a situação actual do jornalismo em cada um dos contextos, numa época de múltiplos desafios locais e globais, e identificar estratégias

comuns para fazer face às ameaças ao exercício da profissão de jornalista e da cidadania. O encontro serviu ainda como espaço para troca de experiências, de conhecimento e de promoção de formas de diálogo estruturado propiciador da criação de redes e projectos, num futuro próximo. Para além dos painéis de convidados/as, o Congresso integrou ainda comunicações recebidas a partir de uma chamada de contributos sobre os temas em debate (jornalismo actual, participação, cidadania e media, liberdade de imprensa, etc...). O último dia de trabalhos foi um momento de reflexão interna que contou com uma apresentação do gabinete de relações internacionais sobre oportunidades de financiamento, nomeadamente a fundos europeus, para encetar trabalho conjunto. O encontro culminou com a divulgação de uma Declaração Final, que parte de um diagnóstico da situação a nível global, dos inúmeros desafios e termina com um caderno de reivindicações por jornalismo e cidadania para o futuro.



## Eurodad - Rede Europeia da Dívida e do Desenvolvimento



site <https://www.eurodad.org/>

Desde 2019 que a ACEP integra a rede europeia de organizações da sociedade civil da Eurodad, de forma a aprofundar o trabalho técnico em torno da dívida e do financiamento para o desenvolvimento. No âmbito desta parceria, a ACEP desenvolveu um conjunto de actividades em 2022, em articulação com os seus parceiros dos PALOP, em áreas como a Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD) e a dívida dos países em desenvolvimento. Numa posição concertada com a rede Eurodad, interpelámos o Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e Cooperação Portuguesa sobre a contabilização da doação de vacinas contra a COVID-19 como APD. Além disso, traduzimos para língua portuguesa um breve manual de *advocacy*,

dirigido às ONG de pequena dimensão que, posteriormente, serviu para a dinamização de sessões com activistas e membros de OSC na Guiné-Bissau (aquando da Quinzena dos Direitos, em Dezembro de 2022). Também em 2022, traduzimos para português o relatório *Time for Action: How private sector instruments are undermining aid budgets*, que analisa de forma muito detalhada como os instrumentos do sector privado (que é uma das narrativas actuais no plano do financiamento para o desenvolvimento) estão a prejudicar os orçamentos de ajuda pública ao desenvolvimento. Procurando sinergias com outros projectos em curso, nomeadamente de Cooperação para o Desenvolvimento, a ACEP desenvolveu ainda uma sessão dirigida a jornalistas santomenses sobre como aceder a informação pública (um guia também traduzido e disponibilizado em português). Esta parceria com a Eurodad tem permitido trazer os debates internacionais para a nossa acção em Portugal (e ao nível da língua portuguesa), permitindo também a capacitação da ACEP em temas com grande grau de complexidade.





# DIREITOS HUMANOS

## Guiné-Bissau / Casa dos Direitos



site [www.casadosdireitos-guinebissau.blogspot.com](http://www.casadosdireitos-guinebissau.blogspot.com)

parceria ACEP Associação para a Cooperação Entre os Povos, AMIC Associação dos Amigos das Crianças, AMPROCS Associação de Mulheres Profissionais da Comunicação Social, LGDH Liga Guineense dos Direitos Humanos, MIGUILAN Mindjeris di Guiné Nô Lanta, RENAJ Rede Nacional de Juventude, RENLUV Rede Nacional de Luta contra a Violência baseada no Género e Criança e a Tiniguena - Esta Terra é Nossa

### financiamento

Camões - Instituto da Cooperação e da Língua  
Fundação Calouste Gulbenkian

A Casa dos Direitos, que em 2022 completou uma década, é já um marco na história da Guiné-Bissau, enquanto espaço físico, de transformação de um lugar de violação de direitos num lugar de questionamento e de realização de direitos humanos, mas também

enquanto espaço imaterial, de concertação da sociedade civil e de influência política para a denúncia de situações de violação dos direitos humanos e de diálogo com autoridades nacionais e internacionais. Em 2022, a Casa assinalou os 10 anos com debates em torno dos temas-chave de trabalho do consórcio (o percurso e desafios da Casa; a situação das crianças e das mulheres; e a liberdade de imprensa - e que podem ser acedidos no [Facebook da Casa dos Direitos](#)) e na realização das actividades emblemáticas da Casa, como a Roda de Mulheres e a Quinzena dos Direitos. No período deste projecto (estendido em cerca de 9 meses), ele foi afectado fortemente por dois tipos de condicionantes externas: o agravamento da instabilidade política e a pandemia COVID-19. Estas duas condicionantes resultaram directa ou indirectamente, na agudização das restrições aos direitos humanos, perseguições aos seus defensores e condicionando fortemente o funcionamento das instituições, públicas e privadas (incluindo as OSC mais envolvidas nos DH), e as condições de desenvolvimento de diversas actividades públicas. A Casa dos Direitos e o consórcio que a dinamiza tiveram assim necessidade de proceder à adaptação do projecto às circunstâncias adversas e, de forma criativa,



## A CASA FAZ 10 ANOS

A 28 de Fevereiro de 2012, a Casa dos Direitos abriu as portas pela primeira vez, enquanto espaço de diálogo, de encontro e de afirmação de direitos. Assinalamos o aniversário, com um conjunto de debates online, com convidados/as, sobre a situação dos direitos humanos na Guiné-Bissau.

**9 Março | 17H**  
**CONFERÊNCIA**  
**INAUGURAL "PERCURSO**  
**E DESAFIOS DA CASA"**  
Bubacar Turé (LGDH)  
Fátima Proença (ACEP)  
Miguel de Barros  
(TINIGUENA)

**15 Março | 17H**  
**A SITUAÇÃO DAS**  
**CRIANÇAS E JOVENS**  
Adama Baldé (RENAJ)  
Laudolino Carlos Medina  
(AMIC)

**22 Março | 17H**  
**A LIBERDADE DE**  
**IMPrensa**  
Bubacar Turé (LGDH)  
Indira Correia Baldé  
(SINJOTECS)  
Paula Melo (AMPROCS)

**29 Março | 17H**  
**OS DIREITOS DAS**  
**MULHERES**  
Maimuna Sila (Fundação  
Ana Pereira)  
Nelvina Barreto (MIGUILAN)

As sessões terão transmissão em directo no Facebook da Casa

Apoio



procurar avançar nos objectivos e resultados pretendidos, introduzindo outros meios e actividades, e reforçando o papel da Casa como espaço de abrigo e de resistência, aberto à sociedade, reconhecido por instituições e parceiros nacionais e instituições internacionais de referência.

O projecto de reforço institucional da Casa, que terminou em 2022 permitiu fazer um balanço do caminho percorrido e apontar de forma estratégica caminhos para futuro. Porém, até à data, o reconhecimento da Casa enquanto iniciativa de reforço da sociedade civil e de promoção de direitos ainda não foi traduzido num apoio efectivo da comunidade internacional, estando a ser assegurado pelo apoio institucional essencialmente do Camões, IP, da Fundação Calouste Gulbenkian e da Embaixada Portuguesa junto da Guiné-Bissau. A nível interno, é também reconhecida a necessidade de reforçar a coordenação da Casa, de forma a “aliviar” os membros do consórcio da execução quotidiana das actividades, assumindo um papel mais estratégico de liderança e de assessoria.



## Guiné-Bissau / Direitos das Mulheres e Jornalistas em contextos de instabilidade na Guiné-Bissau

*parceria ACEP* Associação para a Cooperação Entre os Povos, *LGDH* Liga Guineense dos Direitos Humanos, *AMPROCS* Associação de Mulheres Profissionais da Comunicação Social e *MIGUILAN* Mindjeris di Guiné Nô Lanta

*financiamento*

Camões - Instituto da Cooperação e da Língua

A ACEP, em parceria com outras organizações da sociedade civil guineenses, membros da Casa dos Direitos, desenvolvem um projecto de reforço do papel das mulheres e das/os jornalistas na promoção de direitos e liberdades para a promoção da estabilidade e da paz na Guiné-Bissau. O primeiro ano centrou-se sobretudo na criação dos sistemas de monitoria de direitos de mulheres, nomeadamente dos direitos políticos, sociais e económicos, e da liberdade de imprensa e de actuação cívica. A montagem do sistema assentou num programa de capacitação da

equipa de antenas regionas e posteriormente de recolha de dados por todo o país. O inquérito aplicado a cerca e 400 mulheres permitirá ter uma visão mais global sobre os desafios e o perfil dos direitos cívicos, políticos, sociais e também económicos das mulheres, a partir do qual se encetará um programa de comunicação e de debate públicos no segundo ano, que passará por um roteiro de *djumbais* e formações nas nove regiões do país. O mesmo acontecerá com a vertente das condições dos e das jornalistas, desenvolvido com a AMPROCS, a partir de um questionário realizado a 100 jornalistas guineenses (70 mulheres jornalistas e 30 homens jornalistas). A 3 de Maio, assinalou-se o Dia da Liberdade de Imprensa com um debate internacional em torno das ameaças e resistências à liberdade de informação na Guiné-Bissau. A par do programa de monitoria, está também em desenvolvimento um sistema de recolha e tratamento sobre liberdade de imprensa e de discurso de ódio, que será alojado numa plataforma em construção (apresentada no início de 2023).

Este projecto, totalmente desenvolvido por parceiros da Casa dos Direitos, vem também reforçar a programação da Casa, na comunicação e debate sobre direitos. Por ocasião da Quinzena dos Direitos de 2022, foi apresentada a exposição *Mulheres Jornalistas na Guiné-Bissau*, com retratos de mais de uma dezena de mulheres jornalistas (e que contou com o apoio da Fundação C. Gulbenkian).



## Guiné-Bissau / Direitos Humanos em Risco na Guiné-Bissau: Pesquisa, Advocacia, Sensibilização e Comunicação

*parceria ACEP Associação para a Cooperação Entre os Povos, LGDH Liga Guineense dos Direitos Humanos*

*financiamento*

Camões - Instituto da Cooperação e da Língua

Num momento em que a Guiné-Bissau vive uma situação de risco agravado para os direitos humanos, com ameaças a defensores dos direitos, activistas, jornalistas, responsáveis de OSC, comentadores e opositores políticos, torna-se urgente e indispensável reforçar as condições de intervenção da organização nacional de referência, a Liga Guineense de Direitos Humanos.

Reconhecida como a organização vocacionada por uma intervenção a nível continental e internacional, a Liga é respeitada pela sua acção sistemática e imediata em situações de permanente desrespeito pelo estado de direito e de violação dos direitos cívicos e políticos. É

neste contexto que a ACEP e a Liga, no âmbito da Casa dos Direitos, propõem este projecto à Cooperação Portuguesa, para reforçar algumas componentes de trabalho da organização na componente de influência política e retomar iniciativas emblemáticas, como a publicação do relatório nacional sobre a situação dos direitos humanos no país.

O projecto, que teve início em Novembro de 2022, irá prolongar-se por três anos, permitindo planear e executar um programa de capacitação e de sensibilização como a publicação dos relatórios, disseminação de instrumentos audiovisuais de comunicação a partir desses documentos e a dinamização de acções culturais sobre direitos, para apresentação e discussão junto de escolas, associações e profissionais de media, em colaboração com a Casa dos Direitos. Permitirá também aprofundar a relação com instâncias internacionais, nomeadamente junto da Comissão Africana dos Direitos Humanos e dos Povos. Ao longo de todo o projecto, a comunicação será uma das componentes também a ser reforçada, com a retoma do programa radiofónico e a produção de documentários.



## Países de Língua Portuguesa / Vozes de Nós



site [www.vozes-de-nos.blogspot.com](http://www.vozes-de-nos.blogspot.com)

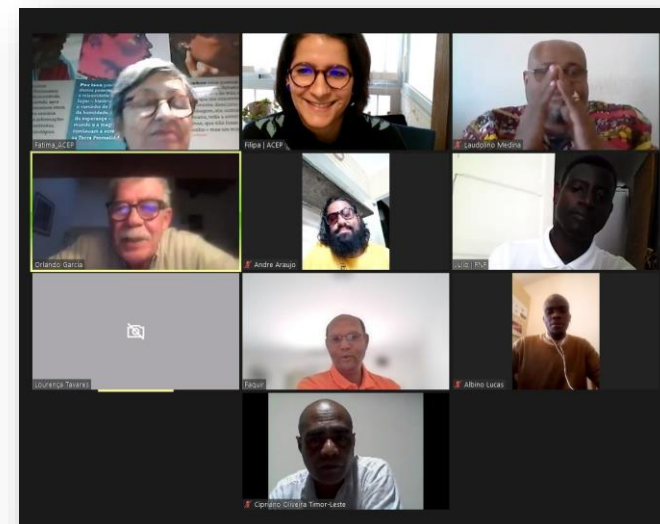
parceiros ACEP, ACRIDES - Associação Crianças Desfavorecidas, AMIC - Associação dos Amigos da Criança, CRIA - Centro de Referência Integral de Adolescentes, FCJ - Fórum Comunicação e Juventude, FNF - Fundação Novo Futuro, MDM - Meninos De Moçambique, Okutiuka

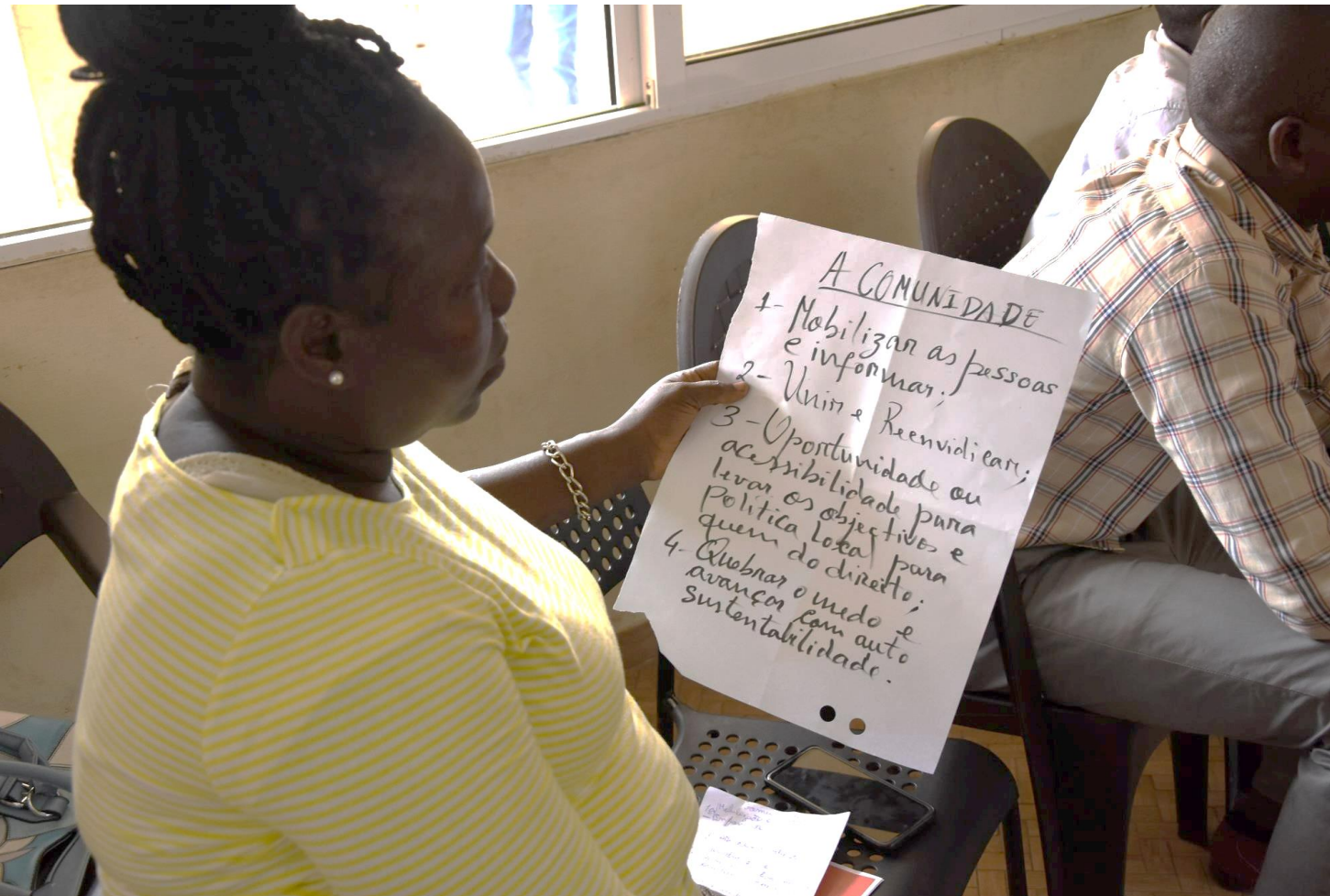
financiamento CPLP - Comunidade de Países de Língua Portuguesa

A Rede Vozes de Nós dinamizou a quarta fase do projecto Meninos de Rua entre 2018 e 2019. A situação de pandemia afectou fortemente a possibilidade de manter o trabalho conjunto quando cada organização no seu país se viu confrontada com a necessidade de resposta a novos problemas ou sobretudo a novas situações.

Dos contactos mantidos ressaltavam por exemplo a necessidade de fazer face ao agravamento de situações como a da violência doméstica, o abuso sexual de crianças, o casamento forçado e precoce, em contextos onde os estados não estiveram capazes de dar respostas sociais minimamente adequadas ao contexto COVID, com a quebra de rendimentos das famílias, ou a paralisação de instituições sociais integradoras, como as escolas.

Ao longo de 2022, começou a ser delineado um caminho para prosseguir o trabalho conjunto a partir do levantamento de situações em cada país e a possibilidade de reencontro presencial no segundo semestre de 2023.





# SOCIEDADE CIVIL E GOVERNAÇÃO



## S. Tomé e Príncipe / Mais Participação, Mais Cidadania



### participação cidadania

parceiros ACEP, AJS Associação de Jornalistas Santomenses, FONG-STP Federação das ONG em São Tomé e Príncipe, FNF Fundação Novo Futuro, PDHEG Plataforma para Direitos Humanos e Equidade de Género

financiamento União Europeia e Camões - Instituto da Cooperação e da Língua

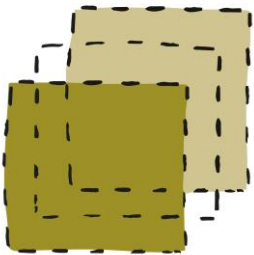
Os primeiros anos deste projecto coincidiram com a crise pandémica que obrigou a uma redefinição de algumas actividades e a adopção de diferentes abordagens na sua

execução, tendo adiado o programa de debate público para o terceiro ano. O último ano e meio (foi solicitada uma extensão de seis meses) foi marcado essencialmente pelo trabalho em rede entre OSC e municípios, apostando num programa descentralizado de trabalho e na participação das forças vivas de diferentes comunidades. Nesse sentido, foram realizados encontros ao nível distrital, em Lembá e Caué, para discutir os mecanismos de participação existentes no país, e realizadas diversas sessões de discussão com todos os autarcas do país, sobre a criação de um regulamento dos Conselhos Consultivos Distritais. Foi também em 2022 que se realizou o 3.º intercâmbio deste projecto, desta vez a Portugal, para conhecer quatro câmaras municipais portuguesas com Orçamentos Participativos (OP) de referência a nível nacional e internacional (Cascais, Lisboa, Torres Vedras e Porto). Após o intercâmbio, foi possível enquadrar 2 técnicos santomenses de câmaras distritais e 1 membro da Associação Santomense de Mulheres Juristas para um intercâmbio na Câmara Municipal de Cascais

durante a preparação do orçamento participativo de 2022. Os processos iniciados nesta acção, ao nível do OP, do projecto-lei de acesso à informação e dos conselhos consultivos requerem continuidade da pressão pública das OSC junto do poder político, tanto a nível central, como ao nível distrital. Os parceiros procurarão reunir as condições de financiamento desse trabalho em 2023.



## S. Tomé e Príncipe / Sociedade Civil pela Transparência e Integridade



sociedade civil  
transparência  
integridade

parceiros ACEP e FONG-STP Federação das ONG em São Tomé e Príncipe

financiamento União Europeia e Camões - Instituto da Cooperação e da Língua

Este projecto teve como um dos objectivos centrais a necessidade de quebrar o isolamento da sociedade civil santomense, reforçando

parcerias e contacto com outras OSC, nomeadamente a nível internacional. As dificuldades sentidas pela sociedade civil santomense no exercício de monitorização da acção governativa e de influência política são ainda muito significativas, devendo ser enquadradas na situação de isolamento característica de um pequeno país insular. O encontro internacional que decorreu em Abril de 2022 permitiu combater esse isolamento, facilitar a participação da sociedade civil santomense nos debates internacionais e promover o reconhecimento do papel das OSC santomenses face aos outros actores da governação, junto da cooperação internacional e das organizações internacionais especializadas. O *Intercâmbio Internacional sobre Governação e Luta Contra a Corrupção* reuniu membros de OSC santomenses, de organizações internacionais, investigadores e representantes da cooperação bilateral e multilateral, bem como decisores políticos e jornalistas de S. Tomé e Príncipe. A acção permitiu também criar o primeiro Índice de Corrupção e Governação em S. Tomé

e Príncipe, apresentado e debatido durante o intercâmbio internacional. Este estudo, orientado pelo jornalista moçambicano Ernesto Nhanale baseia-se em entrevistas semiestruturadas com 100 individualidades de diversos grupos especializados do país. Para 2023, está prevista a segunda edição do Índice.





# CULTURA, CRIATIVIDADE E ECONOMIA

## Países de Língua Portuguesa / Futuros Criativos

# FUTUROS CRIATIVOS

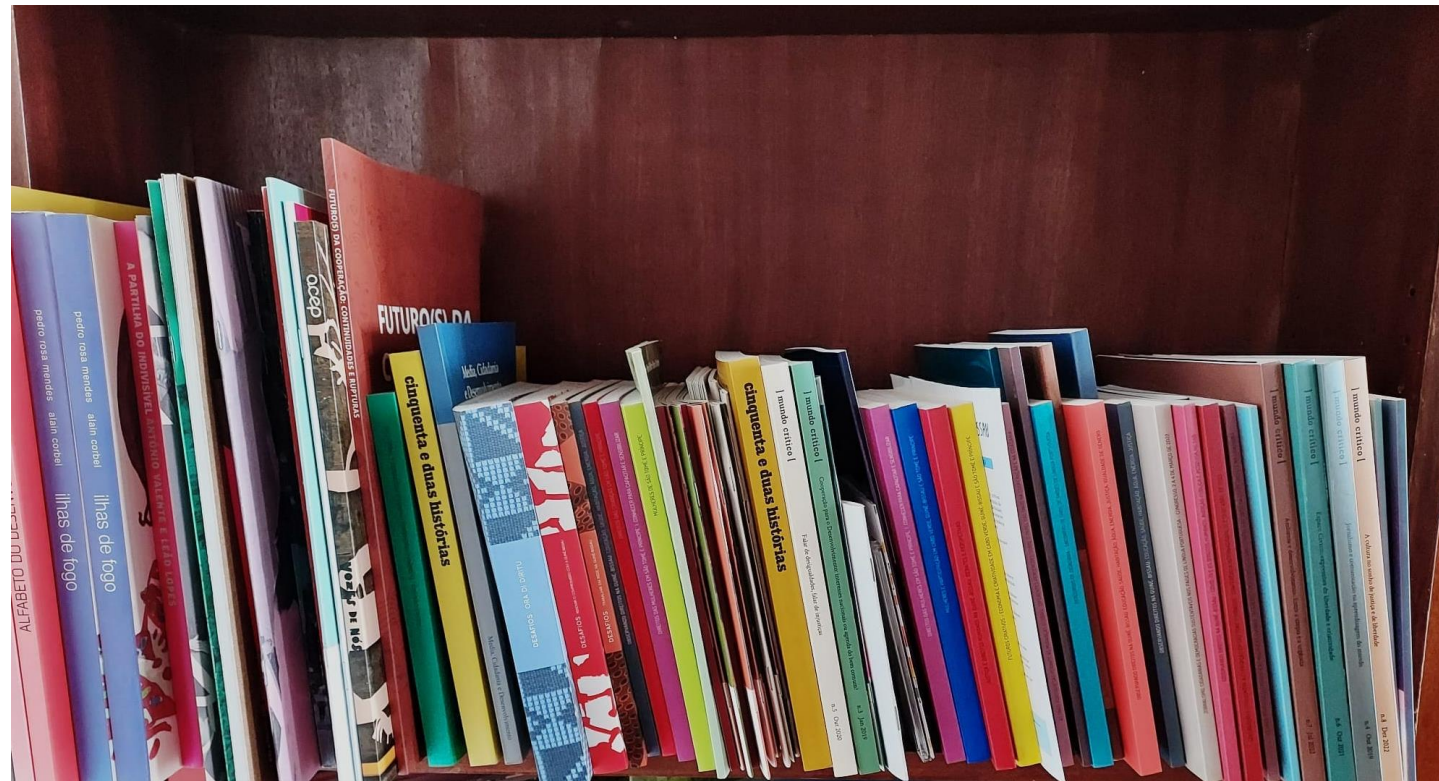
financiamento Camões - Instituto da Cooperação e da Língua

A plataforma “Futuros Criativos” tem como objectivo divulgar o trabalho, iniciativas e produtos elaborados por profissionais do sector criativo nos países de língua oficial portuguesa e disseminar oportunidades de financiamento e de formação no sector criativo. Desde a sua criação, a plataforma foi visitada por mais de 25.000 utilizadores e foram disseminados mais de 800 conteúdos. Em 2022, procurou-se reforçar a ligação com as antenas nos seis países e apostar na comunicação e visibilidade da plataforma, através do envio mensal da

*newsletter* e da alimentação das redes sociais. A colaboração mensal com profissionais do sector dos seis países tem permitido alimentar o web-site com informação sobre eventos culturais e criativos, projectos emergentes e oportunidades de formação e financiamento. Em 2022 foi implementado um sistema de tradução de resumos dos conteúdos publicados em inglês e francês, permitindo alargar o alcance da plataforma. No que diz respeito ao perfil dos utilizadores, 60% são falantes de língua portuguesa, 20% de língua inglesa, 3% de língua indonésia e 2% de língua francesa. Verifica-se uma concentração geográfica nos países de língua oficial portuguesa, nomeadamente em Portugal (28%), Moçambique (12%), Angola (9%), Cabo Verde (9%), Timor-Leste (7%), Guiné-Bissau (7%), Brasil (5%) e São Tomé e Príncipe (3%), em conjunto com os Estados Unidos da América (8%) e França (1%). Em 2023, dar-se-á continuidade ao mapeamento de novas iniciativas, à divulgação de iniciativas e projectos criativos a decorrer nos países de língua oficial portuguesa e ao reforço de redes e sinergias entre profissionais do sector.



# INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO



## REVISTAS E LIVROS

A ACEP, no âmbito da sua intervenção, tem procurado sempre sistematizar experiências e contribuir para a construção de conhecimento na área do Desenvolvimento e da Cooperação. Na maior parte das vezes, trata-se de processos colectivos, que envolvem parceiros, colaboradores, pessoas-recurso, instituições convidadas, cruzando várias áreas de intervenção e do conhecimento, assim como diferentes geografias.



**Mundo Crítico  
n.º 7 -  
Ambiente e  
Desenvolvimento:  
Entre a utopia e a  
urgência**

O 7.º número da Mundo Crítico centra-se na sobreexploração de recursos do planeta e hábitos de consumo insustentáveis que vêm produzindo impactos no ambiente, configurando já uma verdadeira emergência ambiental. Uma das suas traduções mais visíveis é o aumento sem precedentes da temperatura do planeta, com danos irreversíveis. Entre os convidados deste número encontram-se João José Fernandes, Director Executivo da Oikos e a Diretora de programa da Fundação MAVA para a África Ocidental, Charlotte Karibuhoye Said. [\[Documento PT\]](#)



**Mundo Crítico  
n.º 8 -  
A cultura no  
sonho de  
justiça e de  
liberdade**

O número 8 da Mundo Crítico - Revista de Cooperação e Desenvolvimento está focado no papel da cultura. A cultura é um bem crucial para responder aos desafios do desenvolvimento, sejam eles sociais, económicos ou até mesmo políticos. O potencial da cultura para a transformação social e política tem sido amplamente debatido, porque ela é uma proposta enquanto arma contra a ignorância e a indiferença. Entre os convidados deste número encontram-se o Professor Carlos Lopes, Abdulai Sila e Marta Lança.

[\[Documento PT\]](#)



### Futuro(s) da Cooperação: Continuidades e Rupturas

Num momento de definição de uma nova estratégia da Cooperação Portuguesa e de alterações profundas no campo da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento, aceleradas pela pandemia de COVID-19, a ACEP desenvolveu este documento, onde analisa o rumo da Cooperação Portuguesa desde há cerca de 25 anos (quando iniciou o seu percurso nesta área) e identifica possíveis futuros para o campo da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento, a partir de continuidades e de rupturas.

[\[Versão PT\]](#) [\[ENG Version\]](#)



### Aquele Outro Mundo que é o Mundo - Cinco edições da Bolsa de Criação Jornalística sobre Desenvolvimento

As reportagens das primeiras cinco edições (2015-19) das Bolsas de Criação Jornalística sobre Desenvolvimento foram reunidas neste volume, muitas vezes feitas a quatro mãos e duplo olhar, de quem vai daqui e de quem recebe lá e, por vezes, desvenda. Porque o jornalismo, e a reportagem enquanto disciplina maior deste ofício, é ainda o melhor tradutor da complexidade do mundo, conferindo-lhe rostos, histórias, lugares.

[\[Documento PT\]](#)



### Manual de Advocacia - Um Guia para Pequenas ONGs

Este manual, editado em português pela ACEP a partir da versão original em inglês Advocacy: a toolkit for small NGOs, concebida pela INTRAC, tem como objectivo reforçar o trabalho de advocacia de pequenas organizações internacionais, fornecendo ferramentas e metodologia para a elaboração, monitorização e avaliação de estratégia de advocacia, bem como ajudá-las a melhorar a sua resiliência e a fornecer um apoio mais eficaz às organizações e comunidades parceiras no estrangeiro.

[\[Versão PT\]](#)



**Governação e Luta contra a Corrupção em S. Tomé e Príncipe - Conferência internacional, 12 e 13 de Abril 2022**

Este livro é o resultado de dois dias da Conferência Internacional sobre Governação e Luta contra a Corrupção, realizada em São Tomé e Príncipe no âmbito do projecto Sociedade Civil pela Transparência e Integridade. O encontro procurou promover o debate entre actores de diferentes naturezas, através da partilha de experiências e do reforço de pontes de diálogo e de colaboração futura para combater a corrupção e a impunidade.

[\[Documento PT\]](#)



**Media e Cidadania - Intercâmbio Internacional de Jornalistas em S. Tomé e Príncipe**

O Encontro Internacional sobre Media e Cidadania decorreu em São Tomé e Príncipe, no quadro da III Quinzena da Cidadania (Nov. 2021), e contou com a participação de jornalistas de diversos países de língua portuguesa. Ao longo de dois dias, discutiu-se o estado do jornalismo em cada contexto, os desafios comuns e as pontes de diálogo entre os países. As comunicações apresentadas estão reunidas neste volume.

[\[Documento PT\]](#)



**Jornalismo, Cidadanias e Democracias Sustentáveis nos Países de Língua Portuguesa - Congresso, 2 a 4 de Março 2022**

Nos dias 2 a 4 de Março, a Universidade de Coimbra acolheu o Congresso Jornalismo, Cidadanias e Democracias Sustentáveis, que reuniu jornalistas, activistas e académicos/as de diversos países de língua portuguesa. Ao longo dos três dias de sessões, discutiu-se o papel do jornalismo na democracia e na cidadania, bem como os desafios comuns aos diferentes contextos. As comunicações apresentadas estão agora reunidas neste livro, bem como a declaração final do encontro, na qual os participantes apelam ao exercício do jornalismo e da cidadania de forma livre, comprometida e activa.

[\[Documento PT\]](#)





**Jornalismo, Cidadanias e Democracias Sustentáveis nos Países de Língua Portuguesa - Congresso // sessões paralelas**

Este segundo volume do Congresso Jornalismo, Cidadanias, Democracias Sustentáveis nos Países de Língua Portuguesa reúne textos que resultam das comunicações apresentadas nas sessões paralelas do encontro, que teve lugar na Universidade de Coimbra entre 2 e 4 de Março de 2022. Nele estão contidas reflexões de áreas distintas como o jornalismo, a intervenção cívica e a academia de ciências sociais, de forma a promover um diálogo sobre o papel da comunicação jornalística e dos media na promoção de movimentos democráticos em Portugal e não só.

[Documento PT]



**Tempo de agir - Como os Instrumentos do Sector Privado estão a minar os orçamentos de APD**

O relatório, agora traduzido pela ACEP para português, procura analisar os volumes de Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD) alocados a Instrumentos do Sector (ISP), os tipos de ISP utilizados, os países e sectores destinatários e de que forma tem sido reportada a sua adicionalidade.

[Versão PT] [ENG Version]

## PLATAFORMAS DIGITAIS

A ACEP tem continuado a explorar as potencialidades da comunicação electrónica, seja através da participação nas redes sociais, seja com a criação de espaços, sob o formato de blogue, expressamente concebidos para objectivos muito concretos. Este tipo de recursos pretende assim responder a dois tipos de necessidades: - por um lado, as relativas às actividades de projectos, tornando acessíveis as suas iniciativas e resultados e, - por outro, as necessidades de abrir a casa e as suas actividades ao escrutínio externo, através da partilha de informação de diversos tipos com um público mais amplo, tanto de pessoas individuais como de instituições.

\_ [www.acep.pt](http://www.acep.pt) - um sítio onde se pode encontrar informação institucional sobre a ACEP e ligações com os projectos  
O site da ACEP foi reformulado em 2016 de forma a corresponder mais a um espaço institucional articulado com os espaços virtuais de projectos e iniciativas



### \_ Redes Sociais

[www.facebook.com/ACEP.ONGD](https://www.facebook.com/ACEP.ONGD)

[www.twitter.com/ACEP\\_ongd](https://www.twitter.com/ACEP_ongd)

[www.youtube.com/user/ACEPONGD](https://www.youtube.com/user/ACEPONGD)

[www.linkedin.com/company/72398552](https://www.linkedin.com/company/72398552)

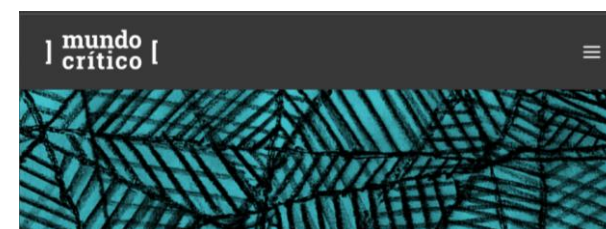


### \_ Cantos do Sul - a newsletter da acep

A *newsletter* institucional da ACEP é um dos principais instrumentos de comunicação utilizado pela ACEP para divulgar as suas actividades. [Ler mais](#)

### \_Mundo Crítico

<https://www.mundocritico.org/>



**\_Futuros Criativos**

[www.futuroscriativos.org](http://www.futuroscriativos.org)



**\_ Alfabeto do Desenvolvimento**

[www.projectoalfabeto.wix.com/desenvolvimento](http://www.projectoalfabeto.wix.com/desenvolvimento)

**\_Direitos das Mulheres em Cabo Verde, Guiné-Bissau e STP**



[www.direitos-mulheres.wixsite.com/projecto](http://www.direitos-mulheres.wixsite.com/projecto)

**\_52 Histórias (uma agenda perpétua)**

[www.52historias.blogspot.com](http://www.52historias.blogspot.com)

**\_Aquele Outro Mundo que é o Mundo**

[www.projectomedia.wix.com/aqueleoutromundo](http://www.projectomedia.wix.com/aqueleoutromundo)

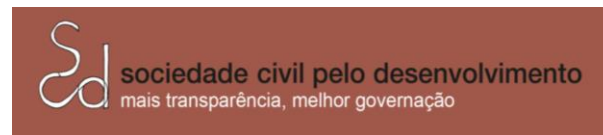
**\_ Casa dos Direitos / Guiné-Bissau**

[www.casadosdireitos-guinebissau.blogspot.com](http://www.casadosdireitos-guinebissau.blogspot.com)



**\_ Sociedade Civil STP**

[www.sociedadecivilstp.blogspot.com](http://www.sociedadecivilstp.blogspot.com)



**\_ Melhor Cooperação, Melhor Desenvolvimento**

[www.cooperacao-desenvolvimento.blogspot.com](http://www.cooperacao-desenvolvimento.blogspot.com)

**\_ Vozes de Nós**

[www.vozes-de-nos.blogspot.com](http://www.vozes-de-nos.blogspot.com)



**\_ Observatório dos Direitos**

[www.observatoriodireitos-guinebissau.blogspot.pt](http://www.observatoriodireitos-guinebissau.blogspot.pt)





## OS RECURSOS DA ACEP

O ano de 2022, com o alívio da pressão da pandemia, permitiu dar os primeiros passos na retoma de alguma “normalidade” na actividade da ACEP e seus parceiros. Tal permitiu concluir ou avançar projectos que, por causa da pandemia, tínhamos optado por propor aos financiadores um ritmo de desenvolvimento de actividades mais lento, com extensão do período de execução. Como consequências desta opção, não “congelámos” projectos, permitimos às organizações parceiras manter os seus recursos humanos e escritórios e, quando necessário, reforçarem condições para o trabalho online.

O reverso, é que tal foi feito sem recursos financeiros adicionais, esgotando os que vinham de anos anteriores. Como dificuldade adicional, e ao mesmo tempo, financiadores de grande peso como a UE, mantiveram o congelamento das candidaturas para novos fundos para as ONGs, optando por uma atitude “defensista” que não pesou adequadamente as consequências para as

ONGs e para os seus compromissos nos seus diversos contextos.

No caso concreto da ACEP, os fundos da UE registaram uma quebra de cerca de 90% e o volume total de novos fundos recebidos de diversas origens uma quebra de cerca de 60%. Só no final do ano a situação começou a alterar-se, fazendo prever que venha a permitir alguma estabilidade financeira no decurso do 2.º semestre de 2023.

Simultaneamente, e como factor agravante, o Camões, I.P. não aprovou o financiamento de novas propostas à ACEP na linha de Educação para o Desenvolvimento em dois anos seguidos (2021 e 2022), não sendo claro porque tal ocorreu.

Este facto comprometeu a continuidade de trabalho em áreas em que a ACEP é praticamente a única ONG a intervir (pesquisa/desenvolvimento, iniciativas de influência na política de cooperação, trabalho com jornalistas, entre outras).

Neste contexto, só os fundos próprios e os fundos privados portugueses se mantiveram estáveis, passando a representar uma quota

de cerca de 14% no computo global (6% no ano anterior).

As indicações no final do 1.º trimestre de 2023, aquando da elaboração deste relatório, dão sinais para algum optimismo, com uma progressiva normalização de candidaturas, por um lado, e com o crescimento de fundos com origens diferentes, como as prestações de serviços em áreas que vêm sendo prioridade de trabalho para a ACEP, como é a da economia criativa.

Fundos	2016 (€)	%	2017 (€)	%	2018 (€)	%	2019 (€)	%	2020 (€)	%	2021	%	2022	%
Fundos públicos portugueses	186.257	50	247.208	48	182.114	32	264.241	63	215.014	46	274.000	53	157.099	79
Fundos europeus	127.655	34	153.163	30	282.206	49	66.341	16	204.302	43	207.586	41	13.210	7
Fundos multilaterais	-	-	41.892	8	58.953	10	29.477	7	-	-	-	-	-	-
Fundos privados e fundos próprios	60.376	16	70.935	14	49.742	9	59.093	14	52.014	11	30.546	6	28.115	14
<b>Total</b>	<b>374.289</b>	<b>100</b>	<b>513.198</b>	<b>100</b>	<b>573.015</b>	<b>100</b>	<b>419.152</b>	<b>100</b>	<b>471.330</b>	<b>100</b>	<b>512.132</b>	<b>100</b>	<b>198.424</b>	<b>100</b>

ACEP - Associação Para A Cooperação Entre Povos

NIPC: 502 514 175

# BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODOS	
		2022	2021
Vendas e serviços prestados		30 250,56	21 803,09
Subsídios, doações e legados à exploração	8	339 966,49	449 926,34
Custo das mercadorias vendidas e consumidas		(264,64)	(21,86)
Fornecimentos e serviços externos	9	(308 807,60)	(379 860,75)
Gastos com pessoal	10	(81 620,72)	(90 236,20)
Outros rendimentos e ganhos		896,47	1 099,19
Outros gastos e perdas		(2 997,91)	(992,00)
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>(22 577,35)</b>	<b>1 717,81</b>
Gastos / reversões de depreciação e de amortização			
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>(22 577,35)</b>	<b>1 717,81</b>
Juros e rendimentos similares obtidos			
Juros e gastos similares suportados			
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>(22 577,35)</b>	<b>1 717,81</b>
Imposto sobre o rendimento do exercício			
<b>Resultado liquido do período</b>		<b>(22 577,35)</b>	<b>1 717,81</b>

Contab. Certif. Nº 80072

*L. Alves*

A Direcção

*Alfonso L. D. Sousa Soares*  
*Orlando Alves*  
*Ana Filipa Lopes de Sousa Soares*  
*Mede Estima Agradecido do CAPEP*  
*Rosana Albuquerque*

ACEP - Associação Para A Cooperação Entre Povos  
NIPC: 502 514 175

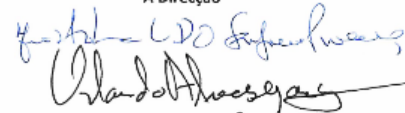
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

RUBRICAS	Notas	Datas	
		31/12/2022	31/12/2021
<b>ACTIVO</b>			
Activos fixos tangíveis	5.1	0,00	0,00
		0,00	0,00
<b>Activo corrente</b>			
Inventários		10 708,53	10 977,03
Clientes		199,28	0,00
Estado e outros Entes públicos		100,91	143,45
Outras contas a receber	8	371 290,88	302 875,12
Diferimentos		650,28	647,49
Caixa e depósitos bancários	4.2	54 357,90	240 200,64
Subtotal		437 307,78	554 843,73
<b>Total do Activo</b>		<b>437 307,78</b>	<b>554 843,73</b>
<b>FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO</b>			
<b>Fundos Patrimoniais</b>	6		
Resultados transitados		14 696,09	12 978,28
Resultado Líquido do período		(22 577,35)	1 717,81
<b>Total do fundo de capital</b>		<b>(7 881,26)</b>	<b>14 696,09</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Passivo corrente</b>			
Fornecedores	7.1	14 050,94	6 813,56
Estado e outros Entes públicos		4 226,69	5 039,14
Outras contas a pagar	7.1	2 984,42	12 745,96
Outros passivos financeiros/diferimentos	8	423 926,99	515 548,98
Subtotal		445 189,04	540 147,64
<b>Total do Passivo</b>		<b>445 189,04</b>	<b>540 147,64</b>
<b>Total dos fundos próprios e do passivo</b>		<b>437 307,78</b>	<b>554 843,73</b>


Contab. Certif. Nº 80072

L Alves

A Direcção

  
 Au Fize Lou de Suf Durin  
 M<sup>e</sup> de Estima Andrade Belo de  
 Carvalho  
 Rosana Albuquerque





© 2023 ACEP Associação para a Cooperação Entre os Povos  
Avenida Santos Dumont, n.º 57, 4.º esq.  
1050-202 Lisboa, Portugal  
[www.acep.pt](http://www.acep.pt) | [www.facebook.com/ACEP.ONGD](https://www.facebook.com/ACEP.ONGD)